

CONTRATO N.º CC2300069

FORNECIMENTO DE PÃO E PASTELARIA SAUDÁVEL ULTRACONGELADA

LOTE 2- AQUISIÇÃO DE PÃO E PASTELARIA DOCE SAUDÁVEL ULTRACONGELADA

O presente contrato foi precedido de Concurso Publico CP 22/471 nos termos da aliena b) do n.º 1 do Art.º 20 do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), aprovado pelo Decreto Lei 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual, e é celebrado:

ENTRE

Serviço de Utilização Comum dos Hospitais SUCH, pessoa coletiva de utilidade pública administrativa com o número único de matrícula na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa e Pessoa Coletiva 500900469, com sede no Parque de Saúde de Lisboa, Pavilhão 33-A, Avenida do Brasil, n.º 53, freguesia de S. João de Brito, concelho de Lisboa, aqui representado pela Senhora Carla Sofia Maurício Magalhães Teixeira,

, na qualidade de Procuradora com poderes para o ato e adiante designado por Primeiro Outorgante.

Ε

PANIKE – INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES CONGELADOS S.A – com o número único de matrícula na Conservatória de Registo Comercial do Porto e Pessoa Coletiva 501 967 290, com sede na Rua de Leandro, Lote 5– 4425-524 S. Pedro Fins - Maia, aqui representada pelo Senhor Henrique Fernando da Silva Soares, qualidade de Responsável Comercial com poderes para o ato e adiante designado por Segundo Outorgante.

1



CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto

O presente Contrato compreende as cláusulas jurídicas, económicas e técnicas na sequência do presente procedimento de Concurso Público que tem por objeto o fornecimento de PÃO E PASTELARIA SAUDÁVEL ULTRACONGELADA ao Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOCUMENTOS CONTRATUAIS E PREVALÊNCIA

- **1.** Fazem parte integrante do presente contrato todos os documentos previstos no n.º 2 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado por CCP).
- **2.** Em caso de dúvidas ou divergência entre o clausulado e os documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pelo disposto nos números 5 e 6 do artigo 96.º do CCP.

CLÁUSULA TERCEIRA

PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato tem início com a sua assinatura e vigência até 31 de Dezembro de 2023 ou até à entrega integral dos bens, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA QUARTA

VALOR CONTRATUAL

- 1. O encargo total do presente contrato é 46 434,92€ (quarenta e seis mil quatrocentos e trinta e quatro euros e noventa e dois cêntimos) acrescido do imposto sobre o valor acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.
- **2.** O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao **Primeiro Outorgante** bem como, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
- 3.A classificação orçamental é D.02.01.06.A0.01.
- **4**.Os bens a fornecer encontram-se identificados na seguinte matriz:

Código	Descrição	Total Un	Preço Unitário	Preço Total*
6000317	Bolo de Arroz Cozido	2920	0,37	1 080,40 €
6000144	Muffin de Limão	1050	0,74	777,00€
6000134	Muffin de Caramelo	1050	0,74	777,00€
6000342	Muffin Triplo Chocolate	1200	0,74	888,00€
6000574	Bola Mistura Centeio Baviera	15075	0,16	2 412,00 €
6200378	Bola Rústica	22520	0,145	3 265,40 €
6000293	Cacetinho	7060	0,195	1 376,70 €
6200482	Mini-cacetinho	1026	0,12	123,12 €
6000286	Carcaça Cereais	35920	0,255	9 159,60 €



6001691	Pão Cereais SN	13830	0,255	3 526,65 €
6200214	Pão de Hamburguer 12cm	3322	0,51	1 694,22 €
6000655	Meia baguete 6 cereais	3100	0,6	1 860,00 €
6000188	Meia baguete rústica	1080	0,29	313,20 €
6000196	Meia baguete	42900	0,29	12 441,00 €
6000181	Mini baguete	217	0,11	23,87 €
6000049	Pão Rústico 90g	13474	0,2	2 694,80 €
6000286	Carcaça Saloia	2200	0,16	352,00€
6000046	Pão saloio fatiado	1329	2,12	2 817,48 €
6000144	Muffin Mirtilo c/ Framboesa	1152	0,74	852,48 €

CLÁUSULA QUINTA PRAZO DE PAGAMENTO

- 1.O pagamento do preço previsto na cláusula anterior é efetuado pelo Primeiro Outorgante, mediante o envio de faturas consoante as entregas.
- 2.As faturas vencem-se no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da sua receção pelo Primeiro Outorgante.
- 3.Cada fatura é paga por transferência bancária para instituição de crédito, devendo o Segundo Outorgante indicar em cada fatura o respetivo IBAN (International Bank Account Number).
- 4.Ressalvados os casos especificamente previstos no CCP o incumprimento do prazo referido no número anterior não concede ao Segundo Outorgante o direito a rescindir o contrato, sem prejuízo da aplicação por este de juros de mora ao Primeiro Outorgante à taxa legal em vigor nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.
- 5.Em caso de discordância do Primeiro Outorgante relativamente aos consumos e/ou valores constantes das faturas, deve comunicar ao Segundo Outorgante no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de receção da fatura, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando aquele obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- 6.O incumprimento do prazo referido no número anterior não concede ao Segundo Outorgante direito a rescindir o contrato.

7. Não há lugar à realização de pagamentos antecipados.

CLÁUSULA SEXTA GESTOR DO CONTRATO

O responsável pela gestão do presente contrato, em representação do **Primeiro Outorgante**, a qual assume as atribuições e competências que constam no artigo 290.º A do CCP.



CLÁUSULA SÉTIMA

AUTORIZAÇÃO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

O Primeiro Outorgante poderá proceder ao tratamento de dados pessoais que lhe venham a ser transmitidos pelo Primeiro Outorgante apenas por sua instrução e nos termos e limites constantes da cláusula seguinte.

CLÁUSULA OITAVA

GARANTIAS TÉCNICAS E ORGANIZATIVAS

O Segundo Outorgante tem de ser dotado dos meios necessários que permitam oferecer as garantias de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, por forma a que o tratamento de dados pessoais transmitidos pelo Primeiro Outorgante cumpra os requisitos exigidos pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.

CLÁUSULA NONA

REGISTO DAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

- 1. O Segundo Outorgante obriga-se a conservar um registo de todas as atividades de tratamento, sob pena de incorrer em responsabilidade, nos termos gerais do Direito.
- 2.Do registo referido no número anterior, constarão, obrigatoriamente, todas as seguintes informações:
- a) O nome e os contactos do responsável pelo tratamento e, sendo caso disso, de qualquer responsável conjunto pelo tratamento, do representante do responsável pelo tratamento e do encarregado da proteção de dados;
- b) As finalidades do tratamento dos dados;
- c)A descrição das categorias de titulares de dados e das categorias de dados pessoais;
- d) As categorias de destinatários a quem os dados pessoais foram ou serão divulgados, incluindo os destinatários estabelecidos em países terceiros ou organizações internacionais;
- e) Nos casos aplicáveis, as transferências de dados pessoais para países terceiros ou organizações internacionais, incluindo a identificação desses países terceiros ou organizações internacionais e, ainda nos casos aplicáveis, a documentação que comprove a existência das garantias adequadas;
- f) Nos casos aplicáveis, os prazos previstos para o "apagamento" das diferentes categorias de dados;
- g) Nos casos aplicáveis, uma descrição global das medidas técnicas e organizativas do domínio da segurança.
- 3. Os registos a que se referem os números anteriores deverão ser efetuados por escrito, incluindo em formato eletrónico.



CLÁUSULA DÉCIMA

SUBCONTRATAÇÃO

1. O Segundo Outorgante não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato, salvo se autorizado previamente por escrito pelo Primeiro Outorgante e desde que cumprido o disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

2.No caso de a subcontratação ser autorizada pelo Primeiro Outorgante, devem as mesmas obrigações, em matéria de proteção de dados serem integralmente cumpridas, mantendo-se o Segundo Outorgante a ser planamente responsável perante o Primeiro Outorgante, sendo àquela diretamente imputáveis e sem necessidade de qualquer prova adicional, todos os eventuais danos, prejuízos e constrangimentos de qualquer espécie, sofridos pelo Primeiro Outorgante em consequência, direta ou indireta, do não cumprimento das regras aplicáveis ao tratamento e proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omisso no presente contrato é aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

FORO COMPETENTE

- **1.** As partes devem diligenciar razoavelmente pela resolução amigável de quaisquer litígios que possam surgir ou estar relacionados com o presente contrato.
- **2.** Caso as partes não obtenham sucesso na resolução amigável dos litígios, é competente o foro do Tribunal Administrativo do circulo de Lisboa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1. A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada pelo Conselho de Administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais SUCH, a 20 de Fevereiro de 2023.
- **2.** A adjudicação da prestação foi conferida pelo Conselho de Administração do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais SUCH, a 20 de Fevereiro de 2023.

Este contrato está escrito em 06 (seis) páginas.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2023.





SUCH – Isento do pagamento do imposto de Selo, de acordo com a alínea c) do artigo 6º da Lei nº 150/99, de 11 de Setembro